

PROCURADORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI N. 584/21

AUTORIA: VEREADOR LISSANDRO BREVAL

ASSUNTO: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação na rede Pública e Particular da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar."

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. MATÉRIA LOCAL. ART. 30, INCISO I, DA CF/88 E ART. 8, INCISO I, DA LOMAN. ART. 14. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. LEGALIDADE.

Encontra-se nesta Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei, versando sobre assunto acima mencionado.

Vale lembrar que o parecer da Procuradoria tem caráter opinativo, analisando questões referentes à legalidade, sem adentrar as questões de mérito.

O nobre vereador institui a obrigatoriedade da apresentação na rede pública e particular da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar.

Analisando o projeto, entendemos que o mesmo encontra fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos:

"Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das



enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1 º—É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.”

Ainda nesse assunto, entendemos que o projeto versa sobre assunto de interesse local, de acordo com o art. 30, inciso I, da CF e art. 80., inciso I, da LOMAN:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

...

Art. 80.Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

Portanto, considerando a fundamentação acima exposta, opinamos pela legalidade do projeto.

Manaus, 14 de março de 2022

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO

Procuradora da CMM

